

ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)

Edital 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	180363-ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)	DANILO AUGUSTO LEITE MARTINS	28/05/2026 17:44 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00262097/2026-16

1. Edital completo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-363/0020/26
SIASG Nº 90020/2026
Processo Nº 20260425146
Processo SEI Nº 057.00262097/2026-16

CONTRATANTE (UASG)

UASG 180.363

OBJETO

Aquisição de materiais de treinamento e Defesa Pessoal para o Gabinete de Treinamento do CPA/M-12

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 102.105,77 (cento e dois mil, cento e cinco reais e setenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 11. DOS RECURSOS**
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA DOZE – CPA/M-12

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026
(Processo Administrativo nº 057.00262097/2026-16)

Torna-se público que o Comando de Policiamento de Área Metropolitana Doze – CPA/M-12, por meio da Seção de Despesas Orçamentos e Custos, sediado na Rua Cel Souza Franco, 1010 – Centro – Mogi das Cruzes/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição materiais para treinamento e defesa pessoal para o Gabinete de Treinamento do CPA/M-12, com entrega imediata, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência 89/2025, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.2. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se

responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CÓDIGO COMPRAS. GOV	CÓDIGO BEC	NATUREZA DE DESPESA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	REDUÇÃO

1	<p>Luva de boxe 16 OZ</p> <p>MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE; ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR; FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;</p>	486802	6387624	33903039	par	20	R\$ 5,99
2	<p>APARADOR DE CHUTE</p> <p>TIPO: APARADOR DE CHUTE E SOCO</p> <p>MATERIAL: LONA SINTÉTICA</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS: 33 X 18X 5 CM</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇAS E RESPIRADORES</p> <p>USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS</p>	464860	6349757	33903039	unidade	20	1,49
3	<p>RAQUETE PARA CHUTE</p>	467545	6349757	33903039	unidade	20	0,95
	<p>PROTETOR DE TÓRAX</p>						

4	MATERIAL: COURO SINTÉTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO EM VELCRO. TAMANHO 03 USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467301	6305652	33903039	unidade	10	2,70
5	CAPACETE ESPORTIVO PARA BOXE CAPACETE ESPORTIVO; PARA PARA BOXE; DE CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO TAMANHO AJUSTAVEL; FORRO INTERNO DE RAPIDA SECAGEM, ANTIDERRAPANTE E RESPIRAVEL; FECHO POR FITAS DE CONTATO; COM ACOLCHOAMENTO EM ESPUMA EVA; COR PRETA; PROTECAO DE ORELHA E BOCHECHA	600016	6261779	33903039	unidade	10	2,34
6	SACO DE PANCADA EM COURO SINTETICO 180 CM	486833	6386415	33903039	unidade	1	4,46
7	MANOPLA DE FOCO BOXE TIPO: MANOPLA APARADORA DE SOCO MATERIAL: 100% POLIÉSTER	486832	6349757	33903039	unidade	40	2,37

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUVA DE FOCO COM MANOPLA CURVADA						
8	APARADOR DE CHUTE GRANDE TIPO: APAREDOR DE CHUTE MATERIAL: TELA POLIESTER DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 X 60 X 12 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCUDO, GRANDE CÔR PRÊTO USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467545	6349757	33903039	unidade	20	3,12
9	KIT BARREIRA DE SALTO COM CONE 50CM AJUSTÁVEL DESMONTÁVEL TREINAMENTO FUNCIONAL AGILIDADE	464862	5570530	33903039	unidade	12	0,90
10	CINTO PARA TRAÇÃO TIPO: CINTO DE TRAÇÃO INDIVIDUAL MATERIAL: EVA COM FECHAMENTO EM VELCRO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO COM 4 ELÁSTICOS USO: TREINAMENTO DE ARRANQUE E EXPLOÇÃO	450342	6132120	33903039	unidade	20	1,00

11	SUPORTE PARA SACO DE PANCADA DE PAREDE COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 100KG	628123	6386415	33903039	unidade	1	1,57
12	ESTACA DE AGILIDADE 1,60 METROS	464865	6488170	33903039	unidade	12	1,29
13	COLCHONETE MATERIAL: ESPUMA COMPRIMENTO: 1,2 M LARGURA: 0,60 M ESPESSURA: 3 MM COR: PRETA	469701	4938593	33903039	unidade	15	0,59
14	TATAME EM EVA 1000X1000X40MM NA COR PRETA	464876	6207103	33903039	unidade	30	1,33
15	CANELEIRA PROTETOR PARA LUTA TÍBIA E PÉ MÉDIO	600015	6504256	33903039	Par	20	1,60

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecução, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.5. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.6. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3

(três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.11. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico cpam12uge@policiamilitar.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio cpam12uge@policiamilitar.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet Compras.gov sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.2. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.3. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.4. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.5. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.6. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

- 14.2.7. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
- 14.2.8. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);
- 14.2.9. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.9.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
- 14.2.9.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 14.2.9.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:
- 14.2.9.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.9.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;
- 14.2.9.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
- 14.2.9.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.9.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.9.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;
- 14.2.9.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.9.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.9.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico cpam12uge@policiamilitar.sp.gov.br.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.15.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.15.3. ANEXO III – Minuta de Nota de Empenho;
- 14.15.4. ANEXO IV – Modelo referente à planilha de proposta;
- 14.15.5. ANEXO V – Modelo de declaração;
- 14.15.6. ANEXO VI – resolução nº 05, de 02 março de 2026.
- 14.15.7. ANEXO VII – Planilha de Composição de Custos.

Mogi das Cruzes, na data da assinatura digital.

CHRISTIANE ROCHA DE MORAIS

Cap PM Ch Desp. Orc. e Custos

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CHRISTIANE ROCHA DE MORAIS

Chefe da Seção de Finanças



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 17:44:06.

ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)

Termo de Referência 89/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG

89/2025

Status

CONCLUIDO

Editado por

180363-ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12) JOAO PAULO PEREIRA TORRES

Atualizado em

22/08/2025 10:40 (v 0.5)

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

05700467561/2025-31

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para o Gabinete de Treinamento do CPA/M-12, de acordo com a tabela abaixo e subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CÓDIGO COMPRAS. GOV	CÓDIGO BEC	NATUREZA DE DESPESA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Luva de boxe 16 OZ MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE; ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR; FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;	486802	6387624	33903039	par	20	R\$ 1.199,90	R\$ 23.998,00
2	APARADOR DE CHUTE TIPO: APARADOR DE CHUTE E SOCO MATERIAL: LONA SINTÉTICA DIMENSÕES APROXIMADAS: 33 X 18X 5 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇAS E RESPIRADORES	464860	6349757	33903039	unidade	20	R\$ 299,00	R\$ 5.980,00

	USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS							
3	RAQUETE PARA CHUTE	467545	6349757	33903039	unidade	20	R\$ 190,60	R\$ 3.812,00
4	PROTETOR DE TÓRAX MATERIAL: COURO SINTÉTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO EM VELCRO. TAMANHO 03 USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467301	6305652	33903039	unidade	10	R\$ 541,41	R\$ 5.414,10
5	CAPACETE ESPORTIVO PARA BOXE CAPACETE ESPORTIVO; PARA PARA BOXE; DE CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO TAMANHO AJUSTAVEL; FORRO INTERNO DE RAPIDA SECAGEM, ANTIDERRAPANTE E RESPIRAVEL; FECHO POR FITAS DE CONTATO; COM ACOLCHOAMENTO EM ESPUMA EVA; COR PRETA; PROTECAO DE ORELHA E BOCHECHA	600016	6261779	33903039	unidade	10	R\$ 468,97	R\$ 4.689,70
6	SACO DE PANCADA EM COURO SINTETICO 180 CM	486833	6386415	33903039	unidade	1	R\$ 892,58	R\$ 892,58
7	MANOPLA DE FOCO BOXE TIPO: MANOPLA APARADORA DE SOCO MATERIAL: 100% POLIÉSTER CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUA DE FOCO COM MANOPLA CURVADA	486832	6349757	33903039	unidade	40	R\$ 475,00	R\$ 19.000,00

	USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS							
8	APARADOR DE CHUTE GRANDE TIPO: APAREADOR DE CHUTE MATERIAL: TELA POLIESTER DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 X 60 X 12 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCUDO, GRANDE CÔR PRÊTO USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467545	6349757	33903039	unidade	20	R\$ 624,93	R\$ 12.498,73
9	KIT BARREIRA DE SALTO COM CONE 50CM AJUSTÁVEL DESMONTÁVEL TREINAMENTO FUNCIONAL AGILIDADE	464862	5570530	33903039	Unidade	12	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
10	CINTO PARA TRAÇÃO TIPO: CINTO DE TRAÇÃO INDIVIDUAL MATERIAL: EVA COM FECHAMENTO EM VELCRO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO COM 4 ELÁSTICOS USO: TREINAMENTO DE ARRANQUE E EXPLOSÃO	450342	6132120	33903039	unidade	20	R\$ 201,46	R\$ 4.029,36
11	SUPORTE PARA SACO DE PANCADA DE PAREDE COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 100KG	628123	6386415	33903039	unidade	1	R\$ 315,08	R\$ 315,08
12	ESTACA DE AGILIDADE 1,60 METROS	464865	6488170	33903039	unidade	12	R\$ 258,90	R\$ 3.106,80
13	COLCHONETE MATERIAL: ESPUMA MEDIDAS APROXIMADAS COMPRIMENTO: 1,2 M LARGURA: 0,60 M ESPESSURA: 3 MM COR: PRETA	469701	4938593	33903039	unidade	15	R\$ 119,99	R\$ 1.799,85

14	TATAME EM EVA 1000X1000X40MM NA COR PRETA	464876	6207103	33903039	unidade	30	R\$ 266,54	R\$ 7.996,27
15	CANELEIRA PROTETOR PARA LUTA TÍBIA E PÉ MÉDIO	600015	6504256	33903039	Par	20	R\$ 320,66	R\$ 6.413,26
VALOR TOTAL							R\$ 102.105,77	

1. 2. JUSTIFICATIVAS DA DESCRIÇÃO OU UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR:

ITEM 1 – LUVA DE BOXE 16 OZ

Especificação Técnica:

NA COR PRETA, EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE; ESPUMA ANATÔMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR; FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 2 – APARADOR DE CHUTE

Especificação Técnica:

TIPO: APARADOR DE CHUTE E SOCO, MATERIAL: LONA SINTÉTICA, DIMENSÕES: APROXIMADAMENTE 33 X 18X 5 CM; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NA COR PRETA, COM ALÇAS E RESPIRADORES, FECHAMENTO EM VELCRO AJUSTÁVEL; USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 3 - RAQUETE PARA CHUTE

Especificação Técnica:

COM CABO REFORÇADO E ALÇAS PARA IMPEDIR QUE CAIA NO CHÃO NA HORA DO TREINAMENTO.

NA COR PRETA, CONFECCIONADA EM COURO SINTÉTICO SUPER RESISTENTE E COSTURAS DUPLAS. ENCHIMENTO DE BORRACHA DE EVA E ESPUMA PROPORCIONANDO MAIOR ABSORVIÇÃO DE IMPACTO.

RECOMENDADO PARA TREINO MUAY THAI, TAE-KWON-DO, KARATE, KICKBOXING; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO;

Imagem ilustrativa



ITEM 4 - PROTETOR DE TÓRAX

Especificação Técnica:

NA COR PRETA, MATERIAL: COURO SINTÉTICO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO EM VELCRO E FITAS. PROTEÇÃO ABDÔMEM E COSTELAS TAMANHO M; USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO;

Imagem ilustrativa



ITEM 5 – CAPACETE ESPORTIVO PARA BOXE

Especificação Técnica:

CAPACETE ESPORTIVO; PARA PARA BOXE; TAMANO ADULTO; NA COR PRETA; CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO AJUSTAVEL; FORRO INTERNO DE RÁPIDA SECAGEM, ANTIDERRAPANTE E RESPIRAVEL; FECHO POR FITAS DE CONTATO; COM ACOLCHOAMENTO EM ESPUMA EVA; COR PRETA; PROTECAO DE ORELHA E BOCHECHA; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 6 – SACO DE PANCADA

Especificação Técnica:

EM COURO SINTETICO; NA COR PRETA; APROXIMADAMENTE 180 CM DE ALTURA X 100 CM DE CIRCUNFERÊNCIA; APROXIMADAMENTE 100 QUILOS ; COSTURAS REFORÇADAS; SUSPENSO POR 04 CORRENTES DE APROXIMADAMENTE 15CM; MOSQUETÃO COM TRAVA; DEVERÁ VIR PREENCHIDO COM RASPAS DE PNEU E RETALHOS DE PANO OU MATERIAL SIMILAR, NÃO EXCEDENDO O PESO MÁXIMO DE 100 QUILOS; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 7 – MANOPLA DE FOCO - BOXE

Especificação Técnica:

MANOPLA APARADORA DE SOCO; MATERIAL: 100% POLIÉSTER;
CARACTERÍSTICAS DICIONAIS: LUVA DE FOCO COM MANOPLA
CURVADA; COR PREDOMINANTEMENTE PRETA; AJUSTE COM VELCRO
USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 8 – APARADOR DE CHUTE GRANDE

Especificação Técnica:

APARADOR DE CHUTE; MATERIAL: TELA POLIESTER; DIMENSÕES: 40 X 60 X 12 CM (APROXIMADAMENTE); CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCUDO, GRANDE COR PREDOMINANTEMENTE PRETA; USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa

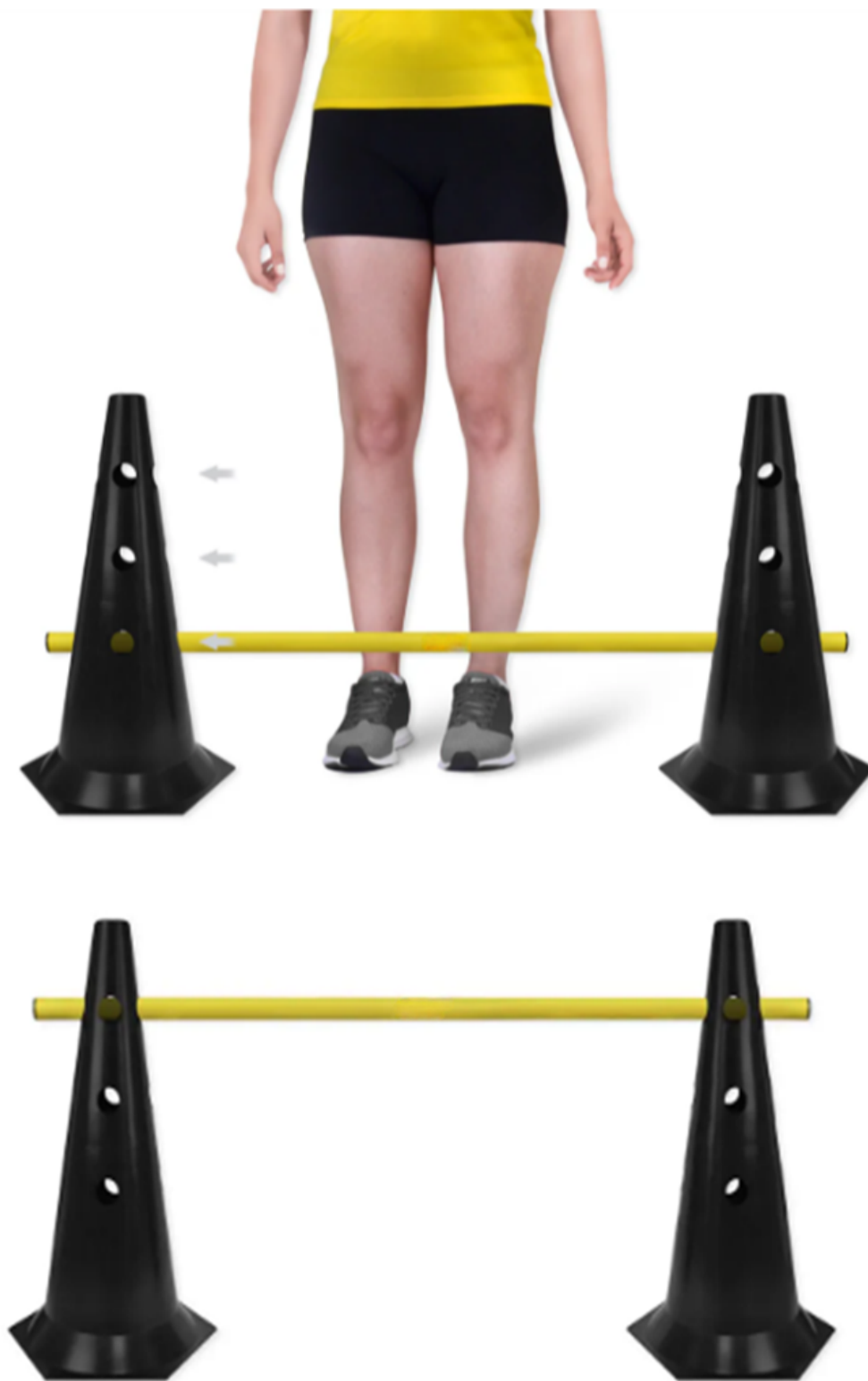


ITEM 09 - KIT BARREIRA DE SALTO COM CONE

Especificação Técnica:

ALTURA: 50CM; AJUSTÁVEL E DESMONTÁVEL; COMPOSTA POR DOIS CONES E UMA BASTÃO PRODUZIDOS EM POLIETILENO E PVC RÍGIDO; PARA TREINAMENTO FUNCIONAL AGILIDADE; COM NO MÍNIMO TRÊS AJUSTES DE ALTURA; GARANTIA MINIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 10 – CINTO PARA TRAÇÃO

Especificação Técnica:

TIPO: CINTO DE TRAÇÃO INDIVIDUAL; MATERIAL: EVA COM FECHAMENTO EM VELCRO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO COM 4 ELÁSTICOS; USO: TREINAMENTO DE ARRANQUE E EXPLOSÃO; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 11 – SUPORTE PARA SACO DE PANCADA DE PAREDE

Especificação Técnica:

PESO SUPORTADO MÍNIMO DE 100KG; FIXAÇÃO COM NO MÍNIMO QUATRO PARAFUSOS; DISTÂNCIA DA PAREDE DO SUPORTE: APROXIMADAMENTE 40 CM; LARGURA DO SUPORTE DO SACO APROXIMADAMENTE 40 CM; ACOMPANHA KIT DE PARAFUSOS; COR PRETA; EM AÇO; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 12 – ESTACA DE AGILIDADE

Especificação Técnica:

ESTACA DE AGILIDADE; COM 1,60 METROS; BASE REMOVÍVEL, BASE COM V ÁLVULA SIMPLES QUE OFERECE POSSIBILIDADE DE SER PREENCHIDA COM AREIA OU CASCALHO; DESMONTAVEL; PRODUZIDA EM POLIETILENO E PVC RÍGIDO; GARANTIA MINIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 13 - COLCHONETE

Especificação Técnica:

MATERIAL: ESPUMA; MEDIDAS APROXIMADAS: 1,2 M; LARGURA: 0,60 M; ESPESSURA: 4 MM; COR: PRETA; REVESTIDO COM CAPA IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa

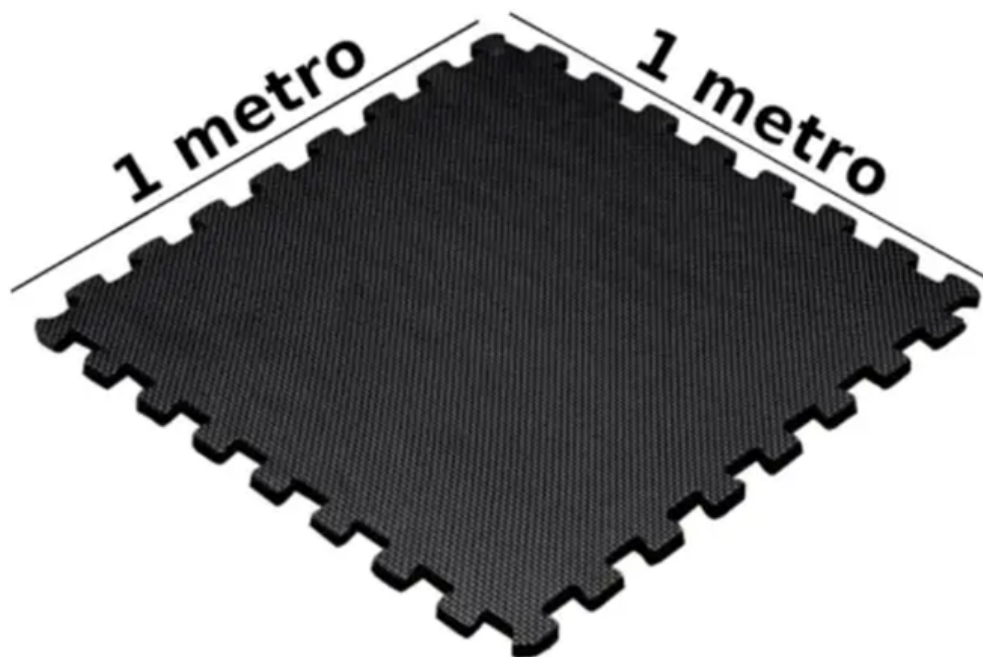
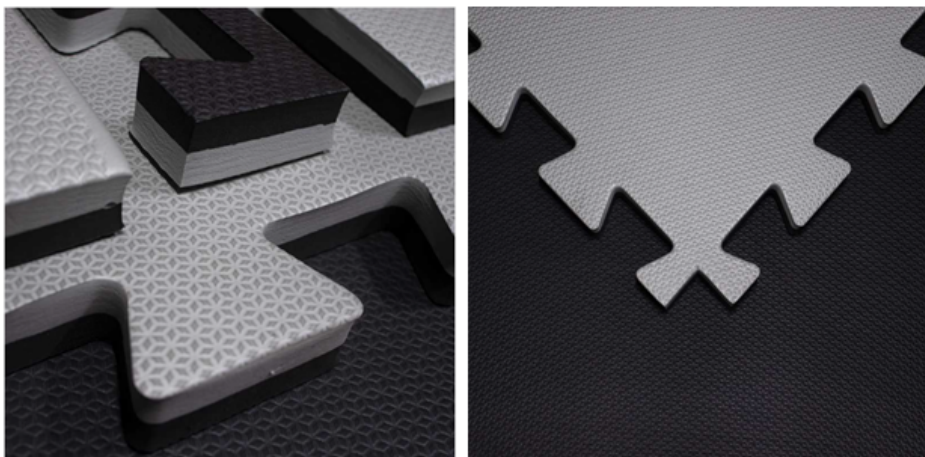


ITEM 14 – TATAME

Especificação Técnica:

TATAME EM EVA 1000X1000X40MM NA COR PRETA; SUPERFÍCIE SILICONIZADA E TEXTURIZADA; BORDAS E PONTAS COM ENCAIXE; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



ITEM 15 - CANELEIRA

Especificação Técnica:

PROTETOR DE CANELA; MATERIAL; COURO SINTÉTICO; FECHO COM VELCRO; PROTEÇÃO NA JUNÇÃO DOS PÉS E CANELA (PAINEL ACOLCHOADO); ESPESSURA DE PROTEÇÃO: APROXIMADAMENTE 30 MILÍMETROS; TAMANHO M; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.

Imagem ilustrativa



1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. **DOS ITENS**

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação da sua divisibilidade, com base na necessidade da administração e no mercado fornecedor, procedeu-se ao maior parcelamento técnica e economicamente possível, realizando-se **LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A aquisição dos materiais faz-se necessária tendo em vista a importância de ofertar equipamentos de treinamentos específicos para os policiais militares do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Doze, atendendo assim a filosofia e estratégia do Comando da PMESP, bem como, buscar a qualificação dos profissionais que atuam na região do Alto Tiete.
- 2.3. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta nas informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.2. A empresa deve ser cadastrada no SICAF, não possuir impedimentos que impossibilite a contratação.
- 4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

- 5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento em remessa única, no endereço:
- Sede do CPAM12 Seção do Gabinete de Treinamento, situada na: Coronel Souza Franco, 1010, centro - Mogi das Cruzes-SP
Cep: 08780-120, no período da 09h00min até as 17h00min.**

- 5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6. Na hipótese de não se proceder à verificação a que se refere o subitem anterior dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária no Banco do Brasil, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

8.25. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.26. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.27. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 102.105,77

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 102.105,77 (cento e dois mil, cento e cinco reais e setenta e sete centavos).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos e critérios adotados pela UASG responsável 180.363 CPA /M-12.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente

IGOR CINTRA MENDES

Data: 04/09/2025 11:03:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IGOR CINTRA MENDES

Auxiliar - GT



Documento assinado digitalmente

KELVIN XAVIER PIRES

Data: 12/09/2025 22:01:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KELVIN XAVIER PIRES

Chefe - GT

ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)

Estudo Técnico Preliminar 62/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Aquisição de materiais de consumo para o Gabinete de Treinamento do CPA/M-12, neste Termo de Referência, de acordo com anexos, termos das tabelas abaixo, e subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CÓDIGO COMPRAS. GOV	CÓDIGO BEC	NATUREZA DE DESPESA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LUVA DE BOXE 16 OZ MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE; ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR; FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;	486802	6387624	33903039	par	20	R\$ 1.199,90	R\$ 23.998,00
2	APARADOR DE CHUTE TIPO: APARADOR DE CHUTE E SOCO MATERIAL: LONA SINTÉTICA DIMENSÕES: 33 X 18X 5 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇAS E RESPIRADORES USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	464860	6349757	33903039	unidade	20	R\$ 299,00	R\$ 5.980,00
	RAQUETE PARA CHUTE							

3	MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE; TAMANHO: TAMANHO 16 OZ.; COR: NA COR PRETO /VERMELHO;COMPLEMENTO I: ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR; COMPLEMENTO II: FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;	467545	6349757	33903039	unidade	20	R\$ 190,60	R\$ 3.812,00
4	PROTETOR DE TÓRAX MATERIAL: COURO SINTÉTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO EM VELCRO. TAMANHO 03 USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467301	6305652	33903039	unidade	10	R\$ 541,41	R\$ 5.414,10
5	CAPACETE ESPORTIVO PARA BOXE CAPACETE ESPORTIVO; PARA PARA BOXE; DE CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO TAMANHO AJUSTAVEL; FORRO INTERNO DE RAPIDA SECAGEM, ANTIDERRAPANTE E RESPIRAVEL; FECHO POR FITAS DE CONTATO; COM ACOLCHOAMENTO EM ESPUMA EVA; COR PRETA; PROTECAO DE ORELHA E BOCHECHA	600016	6261779	33903039	unidade	10	R\$ 468,97	R\$ 4.689,70
6	SACO DE PANCADA EM COURO SINTETICO 180 CM	486833	6386415	33903039	unidade	1	R\$ 892,58	R\$ 892,58
7	MANOPLA DE FOCO BOXE TIPO: MANOPLA APARADORA DE SOCO MATERIAL: 100% POLIÉSTER CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUVA DE FOCO COM MANOPLA CURVADA USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	486832	6349757	33903039	unidade	40	R\$ 475,00	R\$ 19.000,00

8	<p>APARADOR DE CHUTE GRANDE</p> <p>TIPO: APAREADOR DE CHUTE</p> <p>MATERIAL: TELA POLIESTER</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 X 60 X 12 CM</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCUDO, GRANDE CÔR PRÊTO</p> <p>USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS</p>	467545	6349757	33903039	unidade	20	R\$ 624,93	R\$ 12.498,73
9	<p>KIT BARREIRA DE SALTO COM CONE 50CM MUVIN AJUSTÁVEL DESMONTÁVEL</p> <p>TREINAMENTO FUNCIONAL AGILIDADE</p>	464862	5570530	33903039	Unidade	12	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
10	<p>CINTO PARA TRAÇÃO</p> <p>TIPO: CINTO DE TRAÇÃO INDIVIDUAL</p> <p>MATERIAL: EVA COM FECHAMENTO EM VELCRO</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO COM 4 ELÁSTICOS</p> <p>USO: TREINAMENTO DE ARRANQUE E EXPLOÇÃO</p>	450342	6132120	33903039	unidade	20	R\$ 201,46	R\$ 4.029,36
11	<p>SUPORTE PARA SACO DE PANCADA DE PAREDE</p> <p>COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 100KG</p>	628123	6386415	33903039	unidade	1	R\$ 315,08	R\$ 315,08
12	<p>ESTACA DE AGILIDADE</p> <p>1,60 METROS</p>	464865	6488170	33903039	unidade	12	R\$ 258,90	R\$ 3.106,80
13	<p>COLCHONETE</p> <p>MATERIAL: ESPUMA</p> <p>MEDIDAS APROXIMADAS: 1,2 M X 0,60 M X 3 MM</p> <p>COR: PRETA</p>	469701	4938593	33903039	unidade	15	R\$ 119,99	R\$ 1.799,85

14	TATAME EM EVA 1000X1000X40MM NA COR PRETA	464876	6207103	33903039	unidade	30	R\$ 266,54	R\$ 7.996,27
15	CANELEIRA PROTETOR PARA LUTA TÍBIA E PÉ MÉDIO	600015	6504256	33903039	Par	20	R\$ 320,66	R\$ 6.413,26
VALOR TOTAL							R\$ 102.105,77	

A aquisição dos materiais faz-se necessária para dar cumprimento a diretriz Nº PM3-001/03/24 que implantou o TREINAMENTO CONTINUADO INSTITUCIONAL - TCI na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Os materiais são de suma importância para o uso dos instrutores e alunos nas aulas ministradas para o efetivo do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Doze - CPA/M-12.

Os materiais apropriados para uso das instruções trazem benefícios aos alunos no aprendizado, auxiliam os instrutores na transmissão do conhecimento, além de melhor a qualidade das instruções que vão influenciar diretamente na atividade fim da PMESP, evitando erros e fazendo com que as missões sejam realizadas com segurança eficiência e qualidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete de Treinamento - GT CPA/M-12	Igor Cintra Mendes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Aquisição de materiais para o GT do CPA/M-12, para utilização em instruções de Defesa Pessoal Policial.

A entrega do Material deve ocorrer em 20 (vinte) dias corridos da assinatura do contrato ou retirada da Nota de Empenho.

O material deve ser novo e com garantia de 12 (doze) meses.

5. Levantamento de Mercado

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Luva de boxe 16 OZ MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE; ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA	20	R\$ 1.199,90	R\$ 23.998,00

	DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR; FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;			
2	APARADOR DE CHUTE TIPO: APARADOR DE CHUTE E SOCO MATERIAL: LONA SINTÉTICA DIMENSÕES: 33 X 18X 5 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇAS E RESPIRADORES USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	20	R\$ 299,00	R\$ 5.980,00
3	RAQUETE PARA CHUTE MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE;TAMANHO: TAMANHO 16 OZ.;COR: NA COR PRETO/VERMELHO;COMPLEMENTO I: ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR;COMPLEMENTO II: FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;	20	R\$ 190,60	R\$ 3.812,00
4	PROTETOR DE TÓRAX MATERIAL: COURO SINTÉTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO EM VELCRO. TAMANHO 03 USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	10	R\$ 541,41	R\$ 5.414,10
5	CAPACETE ESPORTIVO PARA BOXE CAPACETE ESPORTIVO; PARA PARA BOXE; DE CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO TAMANHO AJUSTAVEL; FORRO INTERNO DE RAPIDA SECAGEM, ANTIDERRAPANTE E RESPIRAVEL; FECHO POR FITAS DE CONTATO; COM ACOLCHOAMENTO EM ESPUMA EVA; COR PRETA; PROTECAO DE ORELHA E BOCHECHA	10	R\$ 468,97	R\$ 4.689,70
6	SACO DE PANCADA EM COURO SINTETICO 180 CM 80 QUILOS	1	R\$ 892,58	R\$ 892,58
7	MANOPLA DE FOCO BOXE TIPO: MANOPLA APARADORA DE SOCO MATERIAL: 100% POLIÉSTER CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUVA DE FOCO COM MANOPLA CURVADA	40	R\$ 475,00	R\$ 19.000,00

	USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS			
8	APARADOR DE CHUTE GRANDE TIPO: APAREDOR DE CHUTE MATERIAL: TELA POLIESTER DIMENSÕES: 40 X 60 X 12 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCUDO, GRANDE CÔR PRÊTO USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	20	R\$ 624,93	R\$ 12.498,73
9	KIT BARREIRA DE SALTO COM CONE 50CM MUVIN AJUSTÁVEL DESMONTÁVEL TREINAMENTO FUNCIONAL AGILIDADE	12	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
10	CINTO PARA TRAÇÃO TIPO: CINTO DE TRAÇÃO INDIVIDUAL MATERIAL: EVA COM FECHAMENTO EM VELCRO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO COM 4 ELÁSTICOS USO: TREINAMENTO DE ARRANQUE E EXPLOSÃO	20	R\$ 201,46	R\$ 4.029,36
11	SUPORTE PARA SACO DE PANCADA DE PAREDE COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 100KG	1	R\$ 315,08	R\$ 315,08
12	ESTACA DE AGILIDADE 1,60 METROS	12	R\$ 258,90	R\$ 3.106,80
13	COLCHONETE MATERIAL: ESPUMA COMPRIMENTO: 1,2 M LARGURA: 0,60 M ESPESSURA: 3 MM COR: AZUL	15	R\$ 119,99	R\$ 1.799,85
14	TATAME EM EVA 1000X1000X40MM NA COR PRETA	30	R\$ 266,54	R\$ 7.996,27
	CANELEIRA			

15	PROTETOR PARA LUTA TÍBIA E PÉ MÉDIO	20	R\$ 320,66	R\$ 6.413,26
VALOR TOTAL			R\$ 102.105,77	

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a aquisição dos materiais por meio de licitação.
- 6.2. Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação de pessoal terceirizado.
- 6.3. A contratação será conduzida por procedimento licitatório, o que trará ampla participação de empresas interessadas, o que fará com que o preço a ser contratado se aproxime ao do valor de mercado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CÓDIGO COMPRAS. GOV	CÓDIGO BEC	NATUREZA DE DESPESA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	Luva de boxe 16 OZ MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE; ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR; FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;	486802	6387624	33903039	par	20
2	APARADOR DE CHUTE TIPO: APARADOR DE CHUTE E SOCO MATERIAL: LONA SINTÉTICA DIMENSÕES: 33 X 18X 5 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇAS E RESPIRADORES USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	464860	6349757	33903039	unidade	20
	RAQUETE PARA CHUTE MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA					

3	BOXE;TAMANHO: TAMANHO 16 OZ.;COR: NA COR PRETO/VERMELHO;COMPLEMENTO I: ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR;COMPLEMENTO II: FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;	467545	6349757	33903039	unidade	20
4	PROTETOR DE TÓRAX MATERIAL: COURO SINTÉTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO EM VELCRO. TAMANHO 03 USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467301	6305652	33903039	unidade	10
5	CAPACETE ESPORTIVO PARA BOXE CAPACETE ESPORTIVO; PARA PARA BOXE; DE CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO TAMANHO AJUSTAVEL; FORRO INTERNO DE RAPIDA SECAGEM, ANTIDERRAPANTE E RESPIRAVEL; FECHO POR FITAS DE CONTATO; COM ACOLCHOAMENTO EM ESPUMA EVA; COR PRETA; PROTECAO DE ORELHA E BOCHECHA	600016	6261779	33903039	unidade	10
6	SACO DE PANCADA EM COURO SINTETICO 180 CM 80 QUILOS	486833	6386415	33903039	unidade	1
7	MANOPLA DE FOCO BOXE TIPO: MANOPLA APARADORA DE SOCO MATERIAL: 100% POLIÉSTER CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUVAS DE FOCO COM MANOPLA CURVADA USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	486832	6349757	33903039	unidade	40
8	APARADOR DE CHUTE GRANDE TIPO: APAREADOR DE CHUTE MATERIAL: TELA POLIESTER DIMENSÕES: 40 X 60 X 12 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCUDO, GRANDE CÔR PRÊTO USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467545	6349757	33903039	unidade	20
9	KIT BARREIRA DE SALTO COM CONE 50CM MUVIN AJUSTÁVEL DESMONTÁVEL TREINAMENTO FUNCIONAL AGILIDADE	464862	5570530	33903039	Unidade	12

10	CINTO PARA TRAÇÃO TIPO: CINTO DE TRAÇÃO INDIVIDUAL MATERIAL: EVA COM FECHAMENTO EM VELCRO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO COM 4 ELÁSTICOS USO: TREINAMENTO DE ARRANQUE E EXPLOSÃO	450342	6132120	33903039	unidade	20
11	SUPORTE PARA SACO DE PANCADA DE PAREDE COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 100KG	628123	6386415	33903039	unidade	1
12	ESTACA DE AGILIDADE 1,60 METROS	464865	6488170	33903039	unidade	12
13	COLCHONETE MATERIAL: ESPUMA COMPRIMENTO: 1,2 M LARGURA: 0,60 M ESPESSURA: 3 MM COR: AZUL	469701	4938593	33903039	unidade	15
14	TATAME EM EVA 1000X1000X40MM NA COR PRETA	464876	6207103	33903039	unidade	30
15	CANELEIRA PROTETOR PARA LUTA TÍBIA E PÉ MÉDIO	600015	6504256	33903039	Par	20

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 102.105,77

O Valor Total estimado para a contratação é de R\$ 102.105,77 (cento e dois mil, cento e cinco reais e setenta e sete centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Necessidade dos objetos para as instruções pelo período de aproximadamente um ano, podendo ser estendido por um novo período conforme a necessidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os objetivos e a aplicação das instruções com meios auxiliares, que contribuem para a aprendizagem e assim obtém uma maior efetividade nos resultados da atividade fim da PMESP.

13. Providências a serem Adotadas

Melhora nas instruções, segurança e diminuição dos riscos de acidentes dos envolvidos, aumento na qualidade e conforto e melhor absorção do ensino aprendido.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Pode gerar uma quantidade significativa de resíduos, incluindo embalagens de produtos, descartáveis, entre outros. Se esses resíduos não forem gerenciados adequadamente, podem acabar em aterros sanitários ou mesmo em ambientes naturais, causando poluição.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O material será utilizado para dar continuidade ao treinamento continuado institucional - TCI que é ministrado a todo o efetivo do CPA/M-12, desta forma contribuindo para a atualização profissional dos policiais militares.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IGOR CINTRA MENDES

Auxiliar - GT



Assinou eletronicamente em 22/08/2025 às 15:40:07.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NE*****

UG	180363 - COMANDO POLAREA METROP.-12 (CPA/M-12)				
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO				
Data de Emissão	--/--/2025				

CNPJ/CPF/UG	*****				
Credor	*****				
Endereço	*****				
Cidade	*****	UF	**	CEP	*****_***

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
*****	*****	*****	150010001	33903066	180013	000.000.0454	180422

No Processo	20250915966	Acordo				
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI FEDERAL 14.133/21			
Licitação	07 - PREGAO	Modalidade	*****			
Empenho Orig.		Nº Contrato	2024CT*****	Nº OC		

Valor do Empenho R\$	***** (*****)
----------------------	---------------

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>**</td><td>*****</td></tr></table>	Mês	Valor	**	*****
Mês	Valor				
**	*****				

Sequência	***	Item	*****	Unid. Forn.	*****
Quantidade	1	Valor Unitário	****	Preço Total	*****
Descrição					
Simulador*****					

Sequência	**	Item	*****	Unid. Forn.	*****
Quantidade	**	Valor Unitário	****	Preço Total	*****
Descrição					
Simulador*****					

Sequência	***	Item	*****	Unid. Forn.	*****
Quantidade	**	Valor Unitário	***	Preço Total	*****
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Sequência	***	Item	*****	Unid. Forn.	*****
Quantidade	***	Valor Unitário	***	Preço Total	***
Descrição					

Total ou Valor a Transportar R\$	*****
Local de Entrega	RUA CORONEL SOUZA FRANCO, 1010
Data de Entrega	*****

Assinatura

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

Anexo IV

Comando de Policiamento de Área Metropolitana Doze

CPA/M-12 – UGE 180.363

Modelo de Planilha de Proposta

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CÓDIGO COMPRAS . GOV	CÓDIGO BEC	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Luva de boxe 16 OZ MATERIA PRIMA: EM POLIURETANO, ACETATO ETILENO DE VINIL (EVA) E POLIESTER, PARA BOXE; ESPUMA ANATOMICA FLEXIVEL, REVESTIMENTO EM COURO SINTETICO, MALHA DE REDE NA PALMA E NO POLEGAR; FECHAMENTO DO PUNHO EM VELCRO COM ELÁSTICO;	486802	6387624	par	20		R\$	R\$
2	APARADOR DE CHUTE TIPO: APARADOR DE CHUTE E SOCO MATERIAL: LONA SINTÉTICA DIMENSÕES APROXIMADAS: 33 X 18X 5 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇAS E RESPIRADORES USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	464860	6349757	unidade	20		R\$	R\$
3	RAQUETE PARA CHUTE	467545	6349757	unidade	20		R\$	R\$
4	PROTECTOR DE TÓRAX MATERIAL: COURO SINTÉTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO EM VELCRO. TAMANHO 03 USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467301	6305652	unidade	10		R\$	R\$
5	CAPACETE ESPORTIVO PARA BOXE CAPACETE ESPORTIVO; PARA PARA BOXE; DE CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO TAMANHO AJUSTAVEL; FORRO INTERNO DE RAPIDA SECAGEM, ANTIDERRAPANTE E RESPIRAVEL; FECHO POR FITAS DE CONTATO; COM ACOLCHOAMENTO EM ESPUMA EVA; COR PRETA; PROTECAO DE ORELHA E BOCHECHA	600016	6261779	unidade	10		R\$	R\$
6	SACO DE PANCADA EM COURO SINTETICO 180 CM	486833	6386415	unidade	1		R\$	R\$

7	MANOPLA DE FOCO BOXE TIPO: MANOPLA APARADORA DE SOCO MATERIAL: 100% POLIÉSTER CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUVAS DE FOCO COM MANOPLA CURVADA	486832	6349757	unidade	40		R\$	R\$
8	APARADOR DE CHUTE GRANDE TIPO: APAREADOR DE CHUTE MATERIAL: TELA POLIÉSTER DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 X 60 X 12 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCUDO, GRANDE CÔR PRÊTO USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	467545	6349757	unidade	20		R\$	R\$
9	KIT BARREIRA DE SALTO COM CONE 50CM AJUSTÁVEL DESMONTÁVEL TREINAMENTO FUNCIONAL AGILIDADE	464862	5570530	Unidade *	12		R\$	R\$
10	CINTO PARA TRAÇÃO TIPO: CINTO DE TRAÇÃO INDIVIDUAL MATERIAL: EVA COM FECHAMENTO EM VELCRO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO COM 4 ELÁSTICOS USO: TREINAMENTO DE ARRANQUE E EXPLOSÃO	450342	6132120	unidade	20		R\$	R\$
11	SUPORTE PARA SACO DE PANCADA DE PAREDE COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 100KG	628123	6386415	unidade	1		R\$	R\$
12	ESTACA DE AGILIDADE 1,60 METROS	464865	6488170	unidade	12		R\$	R\$
13	COLCHONETE MATERIAL: ESPUMA COMPRIMENTO: 1,2 M LARGURA: 0,60 M ESPESSURA: 3 MM COR: PRETA	469701	4938593	unidade	15		R\$	R\$
14	TATAME EM EVA 1000X1000X40MM NA COR PRETA	464876	6207103	unidade	30		R\$	R\$
15	CANELEIRA PROTETOR PARA LUTA TÍBIA E PÉ MÉDIO	600015	6504256	Par	20		R\$	R\$

Local e data

Assinatura do responsável

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90020/2026, Processo nº 057.00262097/2026-16, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observado as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
71/2025	180363	Concluída	JOAO PAULO PEREIRA TORRES

Título: Aquisição de materiais de defesa pessoal para o GT do CPA/M-12

Observações:

Total de itens cotados: 15 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 102.105,7710

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
486802 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Luva , Material: Borracha , Dimensões: 15 Cm X 29 Cm X 20 CM, Características Adicionais: 14 Onças, Duas Camadas De Latex , Uso: Boxe	Par	20
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 534,4600	R\$ 989,1200	R\$ 1.199,9000
Coeficiente de Variação: 32,5316% Desvio Padrão: 321,7770 Maior Preço: R\$ 1.233,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	500	Par	R\$ 60,0000	17/07/2025	Não
2	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	500	Par	R\$ 115,0000	17/07/2025	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	15	Par	R\$ 62,0000	11/07/2025	Não
4	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	30	Par	R\$ 113,9900	09/07/2025	Não
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 99,0000	25/08/2025	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 96,0000	25/08/2025	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 85,0000	25/08/2025	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 168,0000	25/08/2025	Não
9	I	PREFEITURA DE TARAUAÇA - AC - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 83,2300	27/06/2025	Não
		PREFEITURA DE TARAUAÇA - AC -					

10	I	Compras.gov.br	10	Par	R\$ 119,5700	27/06/2025	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Par	R\$ 18,4300	25/06/2025	Não
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22	Par	R\$ 106,0000	17/06/2025	Não
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	112	Par	R\$ 117,0000	16/06/2025	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	112	Par	R\$ 75,0000	16/06/2025	Não
15	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	17	Par	R\$ 105,0000	10/06/2025	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 121,1900	27/05/2025	Não
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G.DO NORTE - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 117,9900	05/05/2025	Não
18	I	PREFEITURA DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 115,0000	28/04/2025	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	43	Par	R\$ 144,0000	12/03/2025	Não
20	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA - Compras.gov.br	50	Par	R\$ 99,9000	26/02/2025	Não
21	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 99,0000	21/02/2025	Não
22	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 99,0000	21/02/2025	Não
23	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 99,0000	21/02/2025	Não
24	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 90,0000	21/02/2025	Não
25	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 90,0000	21/02/2025	Não
26	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 90,0000	21/02/2025	Não
27	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	300	Par	R\$ 144,3520	06/02/2025	Não
28	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 90,0000	14/01/2025	Não
29	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 90,0000	14/01/2025	Não
30	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 90,0000	14/01/2025	Não
31	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	4	Par	R\$ 90,0000	14/01/2025	Não
32	I	PREFEITURA DE FLEXEIRAS - AL - Compras.gov.br	4	Par	R\$ 119,5000	07/01/2025	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 123,9700	19/12/2024	Não
34	I	ESP-UNIV ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 110,0000	17/12/2024	Não
35	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	285	Par	R\$ 162,5000	05/12/2024	Não
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	93	Par	R\$ 105,7500	26/11/2024	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 140,0000	06/11/2024	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 165,0000	06/11/2024	Não
39	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	600	Par	R\$ 90,0000	17/09/2024	Não
40	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	15	Par	R\$ 76,0300	09/09/2024	Não
		MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br					

41	I	gov.br	15	Par	R\$ 75,8900	09/09/2024	Não
42	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 111,5400	22/08/2024	Não
43	IV	Romano Sports LTDA - Fornecedor	20		R\$ 1.199,9000	06/08/2025	Sim
44	IV	Cjau Ferramentas - Fornecedor	20		R\$ 534,4600	06/08/2025	Sim
45	IV	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Fornecedor	20		R\$ 1.233,0000	06/08/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item

464860 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Aparador De Chute E Soco , Material: Lona Sintética , Dimensões: 33 X 18x 5 CM, Características Adicionais: Com Alças E Respiradores , Uso: Treinamento De Artes Marciais

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

20

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 0,0000%

Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 299,0000

R\$ 299,0000

R\$ 299,0000

R\$ 299,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 121,0000	21/07/2025	Não
2	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 86,0000	21/07/2025	Não
3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 59,0000	01/07/2025	Não
4	I	PREFEITURA DE TARAUACA - AC - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 79,0000	27/06/2025	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 160,0000	17/06/2025	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	176	Unidade	R\$ 299,0000	17/06/2025	Sim
7	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 139,5000	13/12/2024	Não
8	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 69,0000	26/09/2024	Não
9	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 153,9900	26/09/2024	Não
10	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 171,4300	17/09/2024	Não

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item

467545 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Aparedor De Chute , Material: Tela Poliéster , Dimensões: 40 X 60 X 12 CM, Características Adicionais: Escudo, Grande Côr Prêto , Uso: Treinamento De Artes Marciais

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

20

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 124,9900

Média

R\$ 190,6008

Mediana

R\$ 169,7750

Coefficiente de Variação: 39,8802%

Desvio Padrão: 76,0120

Maior Preço: R\$ 430,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 164,3300	21/07/2025	Sim
2	I	COMITE PARALIMPICO BRASILEIRO - SP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 133,5000	11/07/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PA - Compras.gov.br	63	Unidade	R\$ 95,9100	18/06/2025	Não
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PA - Compras.gov.br	357	Unidade	R\$ 95,9100	18/06/2025	Não
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 73,5000	18/06/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 124,9900	17/06/2025	Sim
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 89,9000	26/02/2025	Não
8	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 51,8700	21/02/2025	Não
9	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 156,0000	20/02/2025	Sim
10	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 430,0000	07/02/2025	Sim
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 55,4200	07/02/2025	Não
12	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 174,5500	07/02/2025	Sim
13	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 80,0000	06/02/2025	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	37	Unidade	R\$ 198,6700	22/01/2025	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 192,7700	19/12/2024	Sim
16	I	PREFEITURA DE BORRAZOPOLIS PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 210,0000	15/12/2024	Sim
17	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	285	Unidade	R\$ 157,5000	05/12/2024	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	67	Unidade	R\$ 179,9000	26/11/2024	Sim
19	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	206	Unidade	R\$ 165,0000	21/10/2024	Sim
20	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 91,0000	30/09/2024	Não
21	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	185	Unidade	R\$ 56,0000	07/08/2024	Não
22	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 103,9900	07/08/2024	Não

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item			Unidade de Fornecimento	Quantidade			
467301 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Protetor De Tórax , Material: Couro Sintético , Características Adicionais: Fechamento Em Velcro. Tamanho 03 , Uso: Treinamento De Artes Marciais			Unidade	10			
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 31,5092%				
R\$ 255,6740	R\$ 458,9947	R\$ 541,4100	Desvio Padrão: 144,6256				
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 579,9000				
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 255,6740	28/07/2025	Sim
2	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 150,0000	21/07/2025	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 100,3900	21/07/2025	Não
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 149,9900	21/07/2025	Não
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 148,9900	21/07/2025	Não
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	65	Unidade	R\$ 105,9900	21/07/2025	Não
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 124,7900	21/07/2025	Não
8	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 149,9900	21/07/2025	Não
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 105,0000	21/07/2025	Não
10	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 108,0000	21/07/2025	Não
11	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 134,0400	27/05/2025	Não
12	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 70,0000	21/02/2025	Não
13	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 70,0000	21/02/2025	Não
14	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 70,0000	21/02/2025	Não
15	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 70,0000	21/02/2025	Não
16	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 99,0000	21/02/2025	Não
17	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 99,0000	21/02/2025	Não
18	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 99,0000	21/02/2025	Não
PREFEITURA DE BORRAZOPOLIS PR -							

19	I	Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 185,0000	15/12/2024	Não
20	I	PREFEITURA DE BORRAZOPOLIS PR - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 150,0000	15/12/2024	Não
21	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	59	Unidade	R\$ 164,6400	05/12/2024	Não
22	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	450	Unidade	R\$ 112,3300	17/09/2024	Não
23	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 116,5000	13/09/2024	Não
24	IV	IGUASPORT LTDA - Fornecedor	10		R\$ 579,9000	06/08/2025	Sim
25	IV	vepa Comércio e Importação de Materiais Esportivos Ltda - Fornecedor	10		R\$ 541,4100	06/08/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

600016 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Capacete , Material: Plástico , Características Adicionais: Fecho De Contato Adesivo, Grade Removível , Uso: Boxe

Unidade

10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 379,9100

● Média

R\$ 468,9700

Mediana

R\$ 399,0000

Coefficiente de Variação: 24,0358%

Desvio Padrão: 112,7209

Maior Preço: R\$ 628,0000



Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 137,0000	30/07/2025	Não
2	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 126,0000	21/07/2025	Não
3	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 155,0000	21/07/2025	Não
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 70,0000	08/07/2025	Não
5	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 110,0000	26/06/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 155,0000	18/06/2025	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 168,9900	17/06/2025	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	102	Unidade	R\$ 116,0000	16/06/2025	Não
9	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 98,0000	21/02/2025	Não
10	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 99,0000	21/02/2025	Não
11	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 98,0000	21/02/2025	Não
12	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 89,9000	06/02/2025	Não
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 114,9900	31/01/2025	Não
14	I	PREFEITURA DE FLEXEIRAS - AL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 166,4500	07/01/2025	Não

15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	23	Unidade	R\$ 223,0000	20/12/2024	Não
16	I	PREFEITURA DE BORRAZOPOLIS PR - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 118,0000	15/12/2024	Não
17	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 138,9600	26/09/2024	Não
18	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 112,2900	13/09/2024	Não
19	IV	Avepa Comércio e Importação de Materiais Esportivos Ltda - Fornecedor	10		R\$ 379,9100	06/08/2025	Sim
20	IV	MAXIMUM BOXING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Fornecedor	10		R\$ 399,0000	06/08/2025	Sim
21	IV	americanas.s.a - Fornecedor	10		R\$ 628,0000	06/08/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

486833 - Saco Pancada Tamanho: G , Material: Policloreto De Alta Resistência , Altura: 180 CM, Circunferência: 100 C

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 297,0000

Média

R\$ 892,5833

Mediana

R\$ 440,7500

Coeficiente de Variação: 83,2367%

Desvio Padrão: 742,9568

Maior Preço: R\$ 1.940,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 248,9900	21/07/2025	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 255,0000	01/07/2025	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 200,0000	01/07/2025	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 200,0000	01/07/2025	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 220,0000	01/07/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 240,0000	16/06/2025	Não
7	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 250,0000	30/05/2025	Não
8	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 440,7500	14/05/2025	Sim
9	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 240,0000	11/04/2025	Não
10	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 200,0000	06/02/2025	Não
11	I	PREFEITURA DE FLEXEIRAS - AL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 297,0000	07/01/2025	Sim
12	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 1.940,0000	21/10/2024	Sim
13	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 9.920,0000	21/10/2024	Não
		ESTADO DO ESPIRITO SANTO -					

14	I	Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 9.435,0000	21/10/2024	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 146,0000	03/10/2024	Não
16	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 217,7700	09/09/2024	Não

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
486832 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Manopla Aparadora De Soco , Material: 100% Poliéster , Características Adicionais: Luva De Foco Com Manopla Curvada , Uso: Treinamento De Artes Marciais		Unidade	40
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 0,0000%
R\$ 475,0000	R\$ 475,0000	R\$ 475,0000	Desvio Padrão: 0,0000
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 475,0000

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 119,8900	21/07/2025	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	85	Unidade	R\$ 80,0000	16/06/2025	Não
3	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 137,5000	30/05/2025	Não
4	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 120,5000	14/05/2025	Não
5	I	MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 181,0000	24/03/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	52	Unidade	R\$ 115,0000	31/01/2025	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 121,0000	19/12/2024	Não
8	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	206	Unidade	R\$ 475,0000	21/10/2024	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
467545 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Aparedor De Chute , Material: Tela Poliester , Dimensões: 40 X 60 X 12 CM, Características Adicionais: Escudo, Grande Côr Preto , Uso: Treinamento De Artes Marciais		Unidade	20

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

● Média

Mediana

Coeficiente de Variação: 28,0395%

Desvio Padrão: 175,2290

Maior Preço: R\$ 854,9100

R\$ 430,0000

R\$ 624,9367

R\$ 589,9000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 164,3300	21/07/2025	Não
2	I	COMITE PARALIMPICO BRASILEIRO - SP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 133,5000	11/07/2025	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PA - Compras.gov.br	63	Unidade	R\$ 95,9100	18/06/2025	Não
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PA - Compras.gov.br	357	Unidade	R\$ 95,9100	18/06/2025	Não
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 73,5000	18/06/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 124,9900	17/06/2025	Não
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 89,9000	26/02/2025	Não
8	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 51,8700	21/02/2025	Não
9	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 156,0000	20/02/2025	Não
10	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 430,0000	07/02/2025	Sim
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 55,4200	07/02/2025	Não
12	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 174,5500	07/02/2025	Não
13	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 80,0000	06/02/2025	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	37	Unidade	R\$ 198,6700	22/01/2025	Não
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 192,7700	19/12/2024	Não
16	I	PREFEITURA DE BORRAZOPOLIS PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 210,0000	15/12/2024	Não
17	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	285	Unidade	R\$ 157,5000	05/12/2024	Não
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	67	Unidade	R\$ 179,9000	26/11/2024	Não
19	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	206	Unidade	R\$ 165,0000	21/10/2024	Não
20	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 91,0000	30/09/2024	Não
21	IV	Avepa Comércio e Importação de Materiais Esportivos Ltda - Fornecedor	20		R\$ 854,9100	13/08/2025	Sim
22	IV	Hard Sports Representações Comerciais LTDA - Fornecedor	20		R\$ 589,9000	13/08/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item

464862 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Cone , Material: Pvc , Uso: Treinamento

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

12

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 75,0000

Média

R\$ 154,5000

Mediana

R\$ 180,0000

Coefficiente de Variação: 37,1562%

Desvio Padrão: 57,4064

Maior Preço: R\$ 208,5000

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 8,0000	21/07/2025	Não
2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 42,3900	07/07/2025	Não
3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 5,1500	07/07/2025	Não
4	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 17,4900	07/07/2025	Não
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA - MG - Compras.gov.br	62	Unidade	R\$ 8,8800	07/07/2025	Não
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA - MG - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,9300	07/07/2025	Não
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 4,9500	03/07/2025	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 40,6000	02/07/2025	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	243	Unidade	R\$ 1,7000	27/06/2025	Não
10	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 2,4000	18/06/2025	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 11,6000	17/06/2025	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 5,9000	17/06/2025	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 5,5000	17/06/2025	Não
14	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 17,1000	02/06/2025	Não
15	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,6000	02/06/2025	Não
16	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 2,1000	21/05/2025	Não
17	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,1000	21/05/2025	Não
18	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 21,0000	21/05/2025	Não
19	I	ASSOCIAÇÃO DE P.M.E.E.ANA AMORIM /PEDRO AFONSO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 12,0000	16/05/2025	Não
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 9,4800	16/05/2025	Não
21	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 1,4500	08/05/2025	Não
22	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 34,8000	08/05/2025	Não
23	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 16,0000	08/05/2025	Não
24	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2,6400	08/05/2025	Não
25	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 54,0300	28/04/2025	Não
		PMSP-SECRETARIA MUNICIPAL DE					

26	I	ESPORTES E LAZER - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 180,0000	13/04/2025	Sim
27	I	PMSP-SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - Compras.gov.br	1240	Unidade	R\$ 12,9900	13/04/2025	Não
28	I	PMSP-SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - Compras.gov.br	1240	Unidade	R\$ 19,4000	13/04/2025	Não
29	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	165	Unidade	R\$ 4,6500	17/02/2025	Não
30	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 1,9300	17/02/2025	Não
31	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 43,7200	05/02/2025	Não
32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 5,5000	27/01/2025	Não
33	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,5000	27/01/2025	Não
34	I	ESP-UNIV ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 75,0000	17/12/2024	Sim
35	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 11,3400	03/12/2024	Não
36	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 16,4100	03/12/2024	Não
37	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 5,0000	28/11/2024	Não
38	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - Compras.gov.br	278	Unidade	R\$ 5,4900	13/11/2024	Não
39	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 5,3900	05/11/2024	Não
40	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2,4000	05/11/2024	Não
41	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 14,6000	05/11/2024	Não
42	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/TO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 208,5000	17/10/2024	Sim
43	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 65,0000	24/09/2024	Não
44	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 1,9700	20/09/2024	Não
45	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 5,2000	20/09/2024	Não
46	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 17,9800	20/09/2024	Não
47	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	415	Unidade	R\$ 4,5000	04/09/2024	Não
48	I	PREFEITURA DE TERRA ROXA / PR - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 33,9000	29/08/2024	Não
49	I	PREFEITURA DE TERRA ROXA / PR - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 15,8900	29/08/2024	Não
50	I	PREFEITURA DE TERRA ROXA / PR - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 49,9600	29/08/2024	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
450342 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Cinto De Tração Individual , Material: Eva Com Fechamento Em Velcro , Características Adicionais: Duplo Com 4 Elásticos , Uso: Treinamento De Arranque E Explosão	Unidade	20

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

● Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 8,6593%
Desvio Padrão: 17,4457
Maior Preço: R\$ 229,0000

R\$ 180,0500

R\$ 201,4680

R\$ 192,2650

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 112,7000	05/08/2025	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 130,0000	18/08/2025	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	61	Unidade	R\$ 125,0000	25/07/2025	Não
4	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 170,0000	21/07/2025	Não
5	I	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 194,9900	15/07/2025	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 189,0000	10/07/2025	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 119,0000	01/07/2025	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	95	Unidade	R\$ 140,8500	27/06/2025	Não
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 170,9200	18/06/2025	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 140,0000	17/06/2025	Não
11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 189,5000	14/05/2025	Sim
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 138,0000	06/05/2025	Não
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 149,0000	25/04/2025	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	23	Unidade	R\$ 229,0000	07/04/2025	Sim
15	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 225,0000	26/03/2025	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 145,0000	28/02/2025	Não
17	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 130,0000	21/02/2025	Não
18	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 150,0000	20/02/2025	Não
19	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 160,0000	20/02/2025	Não
20	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 140,0000	06/02/2025	Não
21	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 96,5000	19/12/2024	Não
22	I	FUNDAcao UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 118,0000	17/12/2024	Não
23	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	46	Unidade	R\$ 156,0000	05/12/2024	Não
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 153,6000	26/11/2024	Não
25	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 148,1000	22/11/2024	Não
26	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 151,0200	04/11/2024	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

27	I	gov.br	4	Unidade	R\$ 49,9000	18/10/2024	Não
28	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	138	Unidade	R\$ 180,0500	16/10/2024	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 203,0000	18/09/2024	Sim
30	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 61,9900	10/09/2024	Não
31	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 33,0000	10/09/2024	Não
32	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 189,5400	03/09/2024	Sim
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 79,9000	28/08/2024	Não
34	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 226,2700	26/08/2024	Sim
35	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC E TEC. DO ACRE - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 188,3300	16/08/2024	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 11

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
628123 - Gancho Ferragem Material: Aço Inox , Comprimento: 15 CM, Formato: Gancho Para Pendura Carne , Características Adicionais: Capacidade De Carga: 120 Kg , Peso Unit: 125 Gr -	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 221,7700	R\$ 315,0867	R\$ 256,4900
Coeficiente de Variação: 34,3874% Desvio Padrão: 108,3501 Maior Preço: R\$ 467,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 28,0000	06/08/2025	Não
2	IV	IGUASPORT LTDA - Fornecedor	1		R\$ 256,4900	14/08/2025	Sim
3	IV	americanas s.a - Fornecedor	1		R\$ 221,7700	14/08/2025	Sim
4	IV	V. R. N. Campos Confeccoes Eireli - Fornecedor	1		R\$ 467,0000	14/08/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 12

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464865 - Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Bastão , Material: Pvc , Dimensões: 100 CM, Características Adicionais: Ponteiros De Borracha , Uso: Ginástica Artística	Unidade	12

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 0,0000%

R\$ 258,9000

R\$ 258,9000

R\$ 258,9000

Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 258,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 123,0000	18/08/2025	Não
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 16,0000	25/08/2025	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 24,2900	18/06/2025	Não
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 122,0000	17/06/2025	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 170,0000	17/06/2025	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 38,5000	17/06/2025	Não
7	I	PREFEITURA DE OURIZONA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 54,3700	10/06/2025	Não
8	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 58,9800	30/05/2025	Não
9	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 26,0000	26/05/2025	Não
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 49,1600	25/04/2025	Não
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPá - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 38,1900	11/03/2025	Não
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 29,0000	26/02/2025	Não
13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 113,6000	20/02/2025	Não
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 21,0000	20/02/2025	Não
15	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 68,3900	05/02/2025	Não
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 16,8453	22/01/2025	Não
17	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 37,8000	23/12/2024	Não
18	I	AGENCIA MUNICIPAL DE REG. DE SERV. DELEGADOS - Compras.gov.br	481	Unidade	R\$ 95,9900	09/12/2024	Não
19	I	PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 52,0000	12/11/2024	Não
20	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 22,0000	22/10/2024	Não
21	IV	Muvin Esportes S.A - Fornecedor	2		R\$ 258,9000	14/08/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 13



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
469701 - Colchonete Ginástica Material: Espuma , Comprimento: 1,2 M, Largura: 0,5 M, Espessura: 3 MM, Cor: Azul	Unidade	15
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 100,0000	R\$ 48.073,3300	R\$ 119,9900
Coeficiente de Variação: 141,0978% Desvio Padrão: 67.830,3993 Maior Preço: R\$ 144.000,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	455	Unidade	R\$ 29,8700	07/07/2025	Não
2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	58	Unidade	R\$ 28,9700	07/07/2025	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 78,0000	18/06/2025	Não
4	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 32,0000	10/06/2025	Não
5	I	PREFEITURA DE NOVAS TEBAS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 39,0000	20/05/2025	Não
6	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 75,0000	19/05/2025	Não
7	I	ERO-FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 119,9900	18/05/2025	Sim
8	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 70,0000	14/05/2025	Não
9	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	320	Unidade	R\$ 29,0000	28/04/2025	Não
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 60,0000	03/04/2025	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 33,9000	26/03/2025	Não
12	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	732	Unidade	R\$ 37,0000	26/03/2025	Não
13	I	PREFEITURA DE CACHOEIRINHA/RS - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 34,0000	24/03/2025	Não
14	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 81,8900	20/03/2025	Não
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPÁ - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 100,0000	11/03/2025	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2650	Unidade	R\$ 18,6200	07/03/2025	Não
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	175	Unidade	R\$ 32,0000	18/02/2025	Não
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	72	Unidade	R\$ 45,0700	17/02/2025	Não
19	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - Compras.gov.br	325	Unidade	R\$ 12,0000	22/01/2025	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 32,0000	27/12/2024	Não
21	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 144.000,0000	19/12/2024	Sim
22	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - Compras.gov.br	130	Unidade	R\$ 27,9900	17/12/2024	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					

23		gov.br	252	Unidade	R\$ 28,9000	26/11/2024	Não
24		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 24,9000	26/11/2024	Não
25		PREFEITURA DE MARILUZ - PR - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 36,3000	25/11/2024	Não
26		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 24,9900	25/11/2024	Não
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	583	Unidade	R\$ 24,0000	07/11/2024	Não
28		ESP-FUNDAÇÃO CASA - SP - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 27,6000	24/10/2024	Não
29		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 69,9100	16/10/2024	Não
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 28,8000	15/10/2024	Não
31		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 31,0000	11/09/2024	Não
32		PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 48,8000	04/09/2024	Não
33		PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 15,9900	02/09/2024	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 14

Descrição do item
464876 - Tatame Material: E.V.A. , Comprimento Placa: 1 M, Largura Placa: 1 M, Espessura Placa: 40 MM, Características Adicionais: Película Texturizada E Siliconada

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
30

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 239,0000

● Média
R\$ 266,5425

Mediana
R\$ 263,5850

Coeficiente de Variação: 8,3551%
Desvio Padrão: 22,2699
Maior Preço: R\$ 300,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	898	Unidade	R\$ 90,0000	13/08/2025	Não
2		PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 24,0000	11/08/2025	Não
3		PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 64,0000	11/08/2025	Não
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	139	Unidade	R\$ 87,4000	08/08/2025	Não
5		PMSP - SUBPREFEITURA PERUS /ANHANGUERA - Compras.gov.br	78	Unidade	R\$ 97,0000	05/08/2025	Não
6		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 177,5000	04/08/2025	Não
7		MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 128,2500	29/07/2025	Não
i8		PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 270,2300	27/07/2025	Sim
i9		PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 256,9400	27/07/2025	Sim

10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 98,5000	18/07/2025	Não
11	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	5500	Unidade	R\$ 42,0000	17/07/2025	Não
12	I	PREFEITURA DE GOIOERE - PR - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 86,0000	14/07/2025	Não
13	I	PREFEITURA DE TELEMACHO BORBA - PR - Compras.gov.br	370	Unidade	R\$ 98,9900	11/07/2025	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 120,0000	25/08/2025	Não
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	266	Unidade	R\$ 84,9000	27/06/2025	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 140,5700	24/06/2025	Não
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 75,0000	23/06/2025	Não
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 87,8000	06/06/2025	Não
19	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 118,0000	04/06/2025	Não
20	I	PMSP - SUBPREFEITURA PERUS /ANHANGUERA - Compras.gov.br	78	Unidade	R\$ 86,0000	20/05/2025	Não
21	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	210	Unidade	R\$ 100,0000	16/05/2025	Não
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	235	Unidade	R\$ 89,4000	25/04/2025	Não
23	I	PMSP-SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 300,0000	13/04/2025	Sim
24	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 79,9500	07/04/2025	Não
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 190,0000	03/04/2025	Não
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 77,9900	01/04/2025	Não
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	43	Unidade	R\$ 109,2000	31/03/2025	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	225	Unidade	R\$ 93,0000	12/03/2025	Não
29	I	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 85,8900	25/02/2025	Não
30	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 96,8000	10/02/2025	Não
31	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	161	Unidade	R\$ 87,0000	05/02/2025	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	75	Unidade	R\$ 94,9900	31/01/2025	Não
33	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/MG - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 87,0000	20/12/2024	Não
34	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 80,0000	18/12/2024	Não
35	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 239,0000	12/12/2024	Sim
36	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 87,0000	06/12/2024	Não
37	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	434	Unidade	R\$ 77,5000	05/12/2024	Não
38	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/CE - Compras.gov.br	130	Unidade	R\$ 121,6500	05/12/2024	Não
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	49	Unidade	R\$ 105,0000	05/12/2024	Não
40	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 97,9900	14/11/2024	Não
41	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 105,9000	13/11/2024	Não
		PREFEITURA DE CAMPO MAGRO - PR					

42	I	- Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 47,8200	01/11/2024	Não
43	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 115,0000	18/10/2024	Não
i 44	I	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 109,8500	16/10/2024	Não
45	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 85,0000	04/10/2024	Não
46	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 87,9000	26/09/2024	Não
47	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	64	Unidade	R\$ 125,0100	26/09/2024	Não
48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 125,0000	13/09/2024	Não
49	I	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO/RN - Compras.gov.br	1792	Unidade	R\$ 89,8900	13/09/2024	Não
50	I	FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 87,0000	11/09/2024	Não

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 15

Descrição do item

600015 - Caneleira Material: Couro Sintético/Borracha , Tipo: Dupla Camada De Proteção , Características Adicionais: Composição E.V.A. Espessura 2 Cm 2 Fitas De Ajuste , Uso: Artes Marciais

Unidade de Fornecimento

Par

Quantidade

20

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 188,0000

Média

R\$ 320,6633

Mediana

R\$ 299,0000

Coeficiente de Variação: 36,8487%

Desvio Padrão: 118,1603

Maior Preço: R\$ 474,9900

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	12	Par	R\$ 46,5000	23/07/2025	Não
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - Compras.gov.br	50	Par	R\$ 188,0000	26/06/2025	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	135	Par	R\$ 59,3000	16/06/2025	Não
4	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 27,1400	07/04/2025	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 54,5500	19/12/2024	Não
6	IV	MAXIMUM BOXING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Fornecedor	20		R\$ 299,0000	14/08/2025	Sim
7	IV	IGUASPORT LTDA - Fornecedor	20		R\$ 474,9900	14/08/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



Documento assinado digitalmente

IGOR CINTRA MENDES

Data: 04/09/2025 11:04:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>